

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

**107**

**A TROCA SILENCIOSA E O  
SILÊNCIO DOS CONCEITOS**

**Wilson Trajano Filho**

**Pesquisador Associado Junior do Departamento de Antropologia**

**Brasília  
1990**

## A TROCA SILENCIOSA E O SILÊNCIO DOS CONCEITOS

**Wilson Trajano Filho**

A história da antropologia revela a existência de uma delicada relação entre os espaços da pesquisa e da teoria. É através desta relação que o conhecimento antropológico ganha impulso e avança, pois a pesquisa fornece o combustível que a teoria necessita para adentrar por novos campos e caminhos. Por sua vez, a teorização abre trilhas frescas e inexploradas para o trabalho de pesquisa. Porém, essa é uma relação tênue. Quando ao espaço da pesquisa é dado mais ênfase do que ao da teoria, o fazer antropológico empobrece, se ofusca e dá lugar a uma teorização parasita, tomada de empréstimo, na maioria das vezes acriticamente, de outros fazeres. Tudo se passa como se o combustível fornecido pela pesquisa não fosse adequado para a queima no motor da teoria, ou fosse bombeado em quantidades tais que o processamento teórico acabasse por se mostrar inviável.

Por outro lado, quando o teorizar tem preponderância sobre o espaço da pesquisa, o fazer antropológico também se debilita, dando lugar a uma teorização vazia, acrítica, não consciente de seus limites e desligada do mundo dos fatos. Isso é observado quando se analisa a trajetória de alguns termos na história das ciências sociais. Eles surgem e, por assim dizer, se desenvolvem de um modo tal que acabam por adquirir o estatuto de conceitos. Normalmente, um termo assim é pensado como algo diretamente relacionado a uma vasta gama de fenômenos sociais e, com isto, assume-se que ele confere inteligibilidade a um largo espectro de dados empíricos. Contudo, uma reflexão cuidadosa revela que os inúmeros dados supostamente tornados inteligíveis pelo uso de um termo assim quase não têm nada em comum uns com os outros. Portanto, a própria inteligibilidade conferida pelo termo-conceito é frágil, quando não o é inteiramente questionável. Esses termos, que seriam melhor compreendidos, e mais eficazes analiticamente, como termos de descrição, só adquirem o estatuto de conceito, ou de termos de teoria, devido a uma falta de reflexão crítica acerca de seus significados e usos. Na realidade, a ausência de critérios rigorosos para o uso de muitos termos de teoria está geralmente associada a vieses culturais que operam no interior do campo produtor do discurso das ciências sociais.

O princípio que fundamenta o argumento geral deste artigo afirma a necessidade do uso criterioso dos termos de teoria. Especificamente, argumento que o termo "troca silenciosa" (*silent trade, commerce muet*)<sup>1</sup> percorreu o caminho que leva um termo de descrição a se tornar um conceito e que, como conceito, ele confere pouca inteligibilidade aos fenômenos que pretende explicar. O argumento é parcial à medida que está interessado apenas em mostrar a necessidade de se quebrar com a ilusão histórica e antropológica de que existem fenômenos homogêneos que podem ser compreendidos sob a cobertura do conceito "troca silenciosa"; não se buscará aqui um denominador comum profundo e abstrato que agrupe todos os casos relatados de troca silenciosa. Na realidade, não creio

---

<sup>1</sup> Não conheço nenhum estudo em português sobre o tema. Por isto decidi colocar entre parênteses as denominações mais comuns usadas na literatura. Preferi adotar a tradução literal do termo inglês por duas razões: 1) troca silenciosa soa melhor do que comércio mudo; 2) o termo "silenciosa" não tem a conotação de incapacidade e de deficiência que o termo "mudo" transmite.

que se possa chegar a um tal denominador. Pelo contrário, este artigo tenta demonstrar que aquilo que é relatado como troca silenciosa só pode ser entendido etnograficamente, no contexto dos sistemas culturais particulares onde tais eventos têm lugar.

Este artigo está dividido em cinco partes. A primeira faz uma breve exposição da forma, áreas de ocorrência e tipos de objetos que circulam nos relatos de troca silenciosa. A seguir, a literatura sobre o tema será examinada, e se mostrará como e através de quais mecanismos o termo "troca silenciosa" percorreu o caminho que conduz um termo de descrição a se tornar um conceito. A parte três analisa a relação entre a troca silenciosa e outros tipos de trocas sociais, descobrindo nesta relação um viés utilitarista e economicista que opera no interior da própria teoria que guia as análises. Em seguida, serão fornecidos alguns exemplos que fundamentam a crítica elaborada nas seções anteriores e será proposto um novo caminho a ser tomado pelas análises. A conclusão recapitulará os pontos principais do corpo do trabalho e levantará questões de fundo teórico mais gerais.

## I

Graças às suas características exóticas e atípicas, à amplitude de sua área de ocorrência e aos problemas que coloca para o estudo das relações entre sociedades, os relatos de troca silenciosa deixaram de aparecer somente nas crônicas de viagem, como uma menção e um exemplo do exotismo dos "povos primitivos", e passaram a chamar a atenção de historiadores e antropólogos. O momento da passagem pela qual essa atípica forma de troca adentra o domínio das ciências sociais se encontra no livro The Silent Trade publicado por P.J. Hamilton Grierson em 1903.

De modo geral, a literatura sobre o tema tem se caracterizado por duas linhas complementares de abordagem: 1) estudos sobre "economias primitivas", nos quais eventos de troca silenciosa aparecem descritivamente; 2) estudos substantivos sobre o tema, buscando esclarecer suas funções, significados e relações com outras formas de trocas econômicas. Ambas linhas baseiam-se num corpus de fontes "etnográficas" que provêm, em grande parte, de crônicas de viagem e relatos de mercadores. Não há, contudo, nenhuma descrição completa e de primeira mão da troca silenciosa feita por um etnógrafo.

A troca silenciosa, enquanto termo de descrição, se refere a uma forma de troca na qual as partes envolvidas atuam sem o auxílio de intermediários, sem a utilização de signos lingüísticos, sem contatos face-a-face e em um contexto no qual o mercado, como instituição, ainda não está desenvolvido (cf. Grierson, 1980; Price, 1967, 1980 e Herskovits, 1952).

Eis uma descrição ideal de um caso de troca silenciosa ocorrida por volta de 1300 na "Teoria da Escuridão", área que se localizava a nor-nordeste de Bulghar, no Volga russo:

"Cada viajante que chega à "Escuridão" deixa os bens que trouxe consigo lá e se retira para seu acampamento. No dia seguinte, volta ao local para procurar seus bens e acha, em frente a eles, peles de marta, de esquilo e de arminho. Se o mercador ficou satisfeito com a troca, leva seus novos bens, mas se não ficou, deixa-os no terreno. Os habitantes locais então acrescentam mais peles. Às vezes, contudo, eles retiram seus bens e deixam os do viajante. Este é seu modo de comerciar. Aqueles que ali vão não sabem com quem estão trocando, se com djins ou com

homens, pois não vêem ninguém" (Ibn-Batuta, apud Price, 1980:77).

Parece também haver um consenso sobre o fato de ser a troca silenciosa uma forma de troca inter-societal ou, mais especificamente, entre sociedades acentuadamente desiguais. É importante ressaltar, porém, que há profundas diferenças na maneira pela qual os autores que lidam com esse tema concebem a totalidade social, e isto, como se verá mais tarde, além de dissolver um pouco o consenso, vai ajudar a revelar o quão frágil é o conceito. Além disto, deve se ter em mente que os elementos que atuam como definidores da troca silenciosa compõem somente uma descrição de tipo ideal. De fato, a maioria dos eventos relatados como tal envolvem, ora a presença de intermediários, ora de contato face-a-face e, às vezes, a de comunicação oral (cf. Mead, 1930:118; Price, 1967:67-68; 1980:76-77; de Moraes Farias, 1974:11 e Kurimoto, 1980:98). Acrescento a essa lista de casos impuros da troca silenciosa o relato de Diogo Gomes, navegante português do século XV nas costas da África Ocidental:

"Indo mais além, eles (os navegantes portugueses) viram uma outra terra coberta de árvores e palmeiras e desceram a terra. E toda a população dali era negra. Os cristãos fizeram sinais de paz mas a população do lugar não compreendeu. Os cristãos enviaram a terra as mercadorias que traziam e eles as pegaram mas não quiseram falar. E os cristãos poderiam ter capturado qualquer um deles, mas não ousaram porque o Senhor Infante os havia ordenado nada fazer de hostil a eles e assim nada fizeram" (Monod, Mauny e Duval, 1959:24).

Tendo como base os relatos reportados na literatura antropológica e histórica, a troca silenciosa tem ocorrido em áreas geograficamente muito distantes umas das outras. Sundstrom (1974) menciona relatos de sua ocorrência na África em geral. Price (1967, 1980), Levtzion (1973), de Moraes Farias (1974) e July (1980) mencionam casos no norte e na costa ocidental da África. Grierson (1980) e Price (1967, 1980), revelam a existência de práticas de troca silenciosa no Sudeste da Ásia. Hoyt (1926:134) relata um caso entre os Siassi e os Jabim; Murdock (1934:93) menciona outro caso entre os Semang e os Malaios e Cole (1945:28) entre os Chineses e tribos filipinas. Na Melanésia há um relato de sua ocorrência entre os Manus e os Usiai (cf. Mead, 1930), Kurimoto oferece exemplos de sua ocorrência no Japão. Price (1980:77) menciona a existência de casos na Europa Setentrional e Revere (1957) supõe sua ocorrência no Oriente Próximo. Na América do Sul, sua ocorrência tem sido descrita, mas não afirmada enquanto tal, nos processos de pacificação dos índios brasileiros (cf. Ribeiro, 1979 e David Price, 1983).

Todos estes relatos sugerem que casos de troca silenciosa têm ocorrido, no mínimo, desde a antiguidade clássica. Alguns autores chegam mesmo a argumentar em favor de ocorrências mais antigas, como é o caso de Revere (1957:52), que sugere ser ela uma forma primitiva de troca na parte oriental do Mediterrâneo durante os tempos pré-históricos.

Listar completamente os objetos envolvidos neste tipo de troca seria inútil para os propósitos deste artigo. No entanto, à guisa de esclarecimento, faço um breve inventário dos objetos que circulam nos relatos de troca silenciosa. Na África, o que estava em circulação eram o ouro em pó, sal, escravos, contas de vidro, roupas, objetos de metal, peças de carne e vegetais. Na Ásia eram trocados seda, canela, roupas, objetos de metal e madeira e produtos florestais. Na América do Sul circulam principalmente contas de vidro, facões e machados, cerâmica e produtos da floresta.

## II

Grierson, em 1903, foi o primeiro autor a tratar os casos de troca silenciosa de modo sistemático. Até então, tudo que havia sobre o tema eram menções de segunda mão acerca de sua ocorrência e breves descrições, também de segunda mão, desses eventos. Pode se dizer que, ou foi o próprio Grierson que cunhou o termo "troca silenciosa" para se referir a esses casos de troca, ou que a partir dele o termo adentrou de modo permanente a literatura das ciências sociais.

O livro de Grierson tem o mérito de apresentar uma monumental coleção de relatos sobre a troca silenciosa e sobre tipos afins de troca. Embora Grierson afirme que os diversos casos de supostas trocas silenciosas não têm a mesma causa (cf. Grierson, 1980:29), sua conclusão geral é que ela seria um estágio antigo de comércio inter-societal que sobreviveu até o século XX entre alguns grupos primitivos. Seu argumento principal pode ser assim resumido: a hostilidade é o que caracteriza as relações entre grupos sociais distintos e estaria diretamente relacionada à distância social entre os grupos (1980:30)<sup>2</sup>. As formas que tais grupos encontram para superar esse obstáculo, que logicamente restringia o desenvolvimento de prestações econômicas entre eles foram, ou o desenvolvimento de um mercado, que seria um lugar sagrado e, portanto, um ponto neutro no qual os diferentes grupos entrariam pacificamente em relações de troca, ou a troca silenciosa, na qual as partes envolvidas assegurariam sua segurança, mantendo-se fisicamente separadas umas das outras.

O tom que organiza o livro e o horizonte teórico que orienta suas conclusões são próprios do início do século: a teoria da evolução cultural. Como outros eruditos da época -- a linhagem antropológica tendo em Frazer o seu mais destacado membro -- Grierson estava comprometido com a idéia de estágios evolutivos pelos quais passavam as culturas até alcançar o estágio final de civilização. A origem e a história do intercurso comercial entre os homens fornecem a paisagem teórica no interior da qual a troca silenciosa é analisada através do exame de uma monumental literatura.

Sua análise e o paradigma teórico que está por trás dela são naturalmente vistos pelos antropólogos contemporâneos como deficientes. Ela tem sido criticada a partir de diversas perspectivas. A crítica mais comum se refere a suas fontes. Embora monumental, as fontes levantadas por Grierson são basicamente compostas de crônicas de viagem e relatos de mercadores e navegantes, e não há um caso sequer de descrição de primeira mão. A partir disto, Herskovits (1952:187) caracteriza a análise de Grierson como conjectural e, como tal, impossível de ser provada objetivamente. Price (1967:67; 1980:78) argumenta que os dados colecionados por Grierson são heterogêneos demais para serem confiáveis. Segundo Price, seus dados incluíam genuínos casos de troca silenciosa assim como casos fronteiros e impuros. Contudo, o que ambos os críticos não mencionam é o evolucionismo linear que forneceu o horizonte teórico sobre o qual Grierson construiu sua análise. E quando tal perspectiva é demolida, não resta sequer um espaço mínimo para explicações baseadas em conjecturas sobre os primeiros estágios da humanidade e em idéias acerca de sobrevivências anacrônicas.

---

<sup>2</sup> Esse é um tema que constantemente se repete na antropologia econômica. O mesmo ponto de vista é adotado por Herskovits (1952:180) a respeito das trocas em geral e por Lévi-Strauss (1969:67) com referência às prestações recíprocas entre grupos. Ver também Sahlins, 1972, p.302; Hoyt, 1926 p.115; J.A. Price, 1967, 1980 e Dalton, 1975, p.104.

Em Grierson, o termo "troca silenciosa", tem o estatuto de um termo de descrição, pois trabalha fundamentalmente para substituir longas descrições de eventos sociais aparentemente semelhantes. Uma vez apresentada uma certa quantidade de relatos de troca, o termo "troca silenciosa" passa a ser empregado como referência àquela multiplicidade. Portanto, neste contexto o termo ainda não adquiriu o estatuto de conceito. Não é demais repetir que Grierson não acreditava na existência de uma única causa geradora deste tipo de troca. A ênfase, talvez por se basear em um corpus de fontes tão vasto, é colocada ainda na multiplicidade, e o máximo de economia que o termo detém aponta para uma economia do concreto -- aquela do relato e da descrição. No entanto, já havia algo em sua análise que nos permite vislumbrar a trilha a ser percorrida pelo termo em direção ao conceito. A possibilidade de esboçar um caminho rumo ao conceito estaria na relação afirmada por Grierson entre a troca silenciosa e a hostilidade característica das relações entre grupos sociais diferentes. Trata-se, porém, somente de um esboço. A relação é declarada, mas não é detidamente examinada. De certo modo, a ênfase na multiplicidade e as conseqüências decorrentes disso -- a heterogeneidade dos dados, a falta de uma crítica histórica das fontes, etc. -- fizeram com que Grierson não pudesse avançar mais no caminho rumo ao conceito.

Duas outras abordagens acerca das funções da troca silenciosa também são vulneráveis por se basearem em conjecturas. Hoyt (1926:134) vai buscar compreender o fenômeno como uma decorrência do conflito entre os anseios econômicos e a aversão por estranhos. Assim, a troca silenciosa funcionaria como uma espécie de compromisso ou de mediação entre dois impulsos conflitantes. Hoyt é levada a concluir que:

"a adoção do silêncio e do segredo tem como razão o fato das partes envolvidas na troca terem pouco em comum; elas não poderiam se encontrar nem como parceiros iguais numa troca amistosa, nem como inimigos iguais em um mercado armado" (1926:133- 34).

A autora vai mais longe, sugerindo ainda uma outra razão para este tipo de troca: a incapacidade lingüística das partes envolvidas -- uma parte não conhecia a língua da outra.

Em um pequeno artigo sobre troca, Firth (1972:141) procura entender o fenômeno como uma forma de troca econômica entre membros de comunidades diferentes. Suas características distintivas -- a ausência de comunicação oral e de contato face-a-face -- são compreendidas como sendo conseqüências da timidez que caracteriza os povos primitivos.

A fragilidade das conclusões de Hoyt e de Firth está ligada, em primeiro lugar, a sua natureza conjectural. Aversão e timidez são noções que requerem muito cuidado para serem utilizadas neste contexto; são idéias construídas culturalmente cujos conteúdos precisam ser compreendidos etnograficamente. Em segundo lugar, Hoyt e Firth enfatizam tanto a forma superficial comum subjacente a seus "dados etnográficos" que são irremediavelmente levados a descuidar das profundas diferenças que existem entre seus supostos casos empíricos. Por fim, suas análises são frágeis também pela qualidade dos dados utilizados por eles. Tais dados, para ganhar mais confiabilidade, precisariam passar por uma rigorosa crítica histórica. Como já foi mencionado mais de uma vez, Hoyt não apresenta dados de primeira mão. Suas fontes são, de modo geral, de terceira mão, a grande maioria retiradas do livro de Grierson.

É esclarecedor esboçar aqui o contexto em que Hoyt analisa a troca silenciosa. Ao contrário de Grierson, o tema central de seu livro não é a troca silenciosa propriamente dita, mas a psicologia e economia das trocas em sociedades arcaicas e primitivas. Com

isto, a troca silenciosa é examinada por ela de maneira bem mais breve. Por outro lado, como Grierson, Hoyt vai buscar compreender o fenômeno na perspectiva mais ampla do surgimento do mercado, enquanto instituição, mas ao contrário dele, pensa a emergência do mercado como uma questão de desenvolvimento lógico e não cronológico (cf. Hoyt, 1926:10). Ainda como Grierson, a troca silenciosa é vista por Hoyt como uma solução que grupos potencialmente hostis encontraram para se engajar em relações de troca. Compreendendo o fenômeno dessa maneira, Hoyt reafirma sua localização na esfera das relações econômicas entre sociedades estruturalmente diferentes.

Com relação ao caminho percorrido em direção ao conceito, a análise de Hoyt dá um passo além daquele dado por Grierson e consolida uma posição. Ao reafirmar uma relação entre a troca silenciosa e a hostilidade que marca a relação entre sociedades, ao concentrar seu esforço analítico na função que a troca desempenha, entendendo-a como uma solução para a questão da hostilidade e, finalmente, ao sugerir que a troca silenciosa funciona como uma solução para dificuldades cuja natureza é da psicologia social, Hoyt faz dois movimentos interessantes de se notar. Em primeiro lugar, o fenômeno é, por assim dizer, homogeneizado. O número de casos citados por ela é infinitamente menor do que aquele utilizado por Grierson. Em segundo lugar, ela institucionaliza a troca silenciosa. Já compreendida como um fenômeno relativamente homogêneo, ao ser entendida como uma instituição que, ao lado de outras, desempenha uma função específica, o fenômeno se homogeneiza ainda mais.

Portanto, a troca silenciosa adquire, no estudo de Hoyt, o estatuto de um quase-conceito. Não é mais somente um termo de descrição trabalhando para a economia do concreto. Homogeneizada e institucionalizada, ela passa a ser um fenômeno com uma função própria a desempenhar em uma esfera específica da atividade humana. Com isto, aquilo que em Grierson era um esboço vislumbrado, passa a ser, com Hoyt, uma posição consolidada. O nível da análise se distancia dos casos individuais, ganha em abstração e almeja ser parte integrante de uma tipologia de instituições que estão na origem do mercado. Um passo a mais e a troca silenciosa ganhará o estatuto de conceito pleno.

O fato dos supostos casos de troca silenciosa quase sempre apontarem para relações de troca entre sociedades estruturalmente diferentes é algo conhecido desde Grierson. Contudo, tal fato não ganhou a devida atenção até recentemente. J. A. Price (1967, 1980) foi o primeiro a dirigir o esforço analítico para esse fato, mostrando como diferenças estruturais atuam como condicionadores do desenvolvimento da troca silenciosa. O horizonte teórico que serve como fundamento para sua análise é derivado da teoria da evolução das estruturas sociais proposta por Service (1962). A partir disso J. A. Price identifica duas grandes variedades de troca silenciosa. A primeira é a troca de longa distância, realizada entre mercadores vindos de sociedades com estado e membros de tribos primitivas<sup>3</sup>. A segunda é a troca de curta distância empreendida por mercadores provenientes de chefaturas ou tribos e membros de sociedades organizadas em bandos<sup>4</sup>.

J. A. Price nega a idéia da troca silenciosa ser um fenômeno antigo que se difundiu pouco a pouco por todo o mundo. Examinando criticamente os relatos, ele faz um movimento contrário daquele que assistimos com Hoyt, procurando mostrar que o fenômeno não pode ser entendido como uma unidade. Porém, prossegue ele, mesmo não sendo algo homogêneo, algumas condições comuns devem estar presentes para o seu desenvolvimento. Para começar, um forte desejo mútuo de entrar em relações de troca.

<sup>3</sup> Por exemplo, entre Cartagineses e os africanos ocidentais. Ver J.A. Price, 1967, p.67; 1980, p.76.

<sup>4</sup> Por exemplo, entre grupos bantus e pigmeus na África tropical. Ver J.A. Price, 1967, p.67; 1980, p.76.

Além disto, uma arena marcada por uma forte hostilidade. E mais importante, deve haver um elemento inter-evolucionário que atue como uma constante invariável em todos os casos de troca silenciosa. Com respeito a esse último ponto, Price argumenta que a extensão da distância social entre os grupos estrutura o fluxo dos bens econômicos e dos serviços entre eles. Quanto mais distantes socialmente forem os grupos, menor será a moralidade comum, a reciprocidade positiva e também a quantidade concreta de trocas sociais (econômicas ou outras).

J. A. Price lança mão do estudo de Heider (1969) que chama a atenção para o fato de que os grupos envolvidos em trocas inter-sociais têm que lidar com as dificuldades e hostilidades inerentes àquela área que está entre e além das redes sociais, que seria a "terra de ninguém". Os perigos, simbólicos ou não, que a "terra de ninguém" coloca para a concretização das trocas inter-sociais são devidos à distância social que existe entre os grupos envolvidos. De maneira semelhante, Cohen (1971) afirma que o comércio de longa distância apresenta uma série de dificuldades técnicas que clamam por solução. Entre outras ele menciona:

"a troca regular de informações sobre as condições de abastecimento e demanda entre os mercadores... a criação e manutenção de relações de confiança entre um grande número de mercadores e intermediários envolvidos na cadeia de troca... a organização de um eficiente sistema de arbitramento e adjudicação para as disputas comerciais" (1971:266).

Essas dificuldades, resultantes da enorme distância social entre os grupos envolvidos nas trocas de longa distância, idealmente fariam com que as transações entre os indivíduos fossem mais caracterizadas pela impessoalidade e primariamente voltados para o ganho econômico imediato. No entanto, são muitos os exemplos de trocas inter-sociais exibindo características que aparentemente são estranhas e negam a hostilidade da "terra de ninguém". Sob a forma de sociedades de troca, dos portos de troca e mesmo através do uso de landlords<sup>5</sup>, encontramos mecanismos institucionais que, de certa forma, resolvem as dificuldades geradas pela grande distância social entre as partes engajadas na troca inter-societal.

J. A. Price argumenta que a troca silenciosa também funciona como um modo institucionalizado para a solução das dificuldades características do comércio de longa distância. Ele sustenta implicitamente que as soluções mencionadas acima, quando adotadas por mercadores provenientes de sociedades com estruturas sociais e políticas mais complexas ("estados civilizados"), os levariam a se engajar em longos rituais, envolvendo uma elaborada troca de oferendas e outras cerimônias de longa duração sem, contudo, garantir aos mercadores uma segurança contra a imprevisibilidade que está sempre presente nas relações com tribos primitivas (J. A. Price, 1980:90). Acrescente a isso o fato desses mesmos mercadores pensarem sua atividade como algo que tem por finalidade a simples troca de bens econômicos, e isto levará Price a concluir que a troca silenciosa tem sido, ao mesmo tempo, uma solução encontrada para vencer a hostilidade e as dificuldades da "terra de ninguém" e uma forma de maximizar utilitariamente as

---

<sup>5</sup> Sahlins (1968:85, 1972:201) argumenta que as sociedades de troca são instituições que suprimem a reciprocidade negativa. Os portos de troca funcionam como uma espécie de ilha de neutralidade para os mercadores de longa distância. Ver Polanyi, 1957, Chapman, 1957, pp.114-16 e Arnold, 1957. Para uma análise da figura dos landlords, intermediários no comércio de longa distância na África Ocidental, ver Hill, 1966; 1971, pp.310-15.

relações entre sociedades estruturalmente diferentes.

Argumentar que a troca silenciosa funciona com esse objetivo requer algumas ponderações. Price, na realidade, não consegue explicar porque os mercadores preferem adotar essa curiosa e atípica forma de troca em vez de adotar outras soluções institucionais para lidar com as dificuldades técnicas e com a hostilidade da "terra de ninguém". Pelo contrário, a troca silenciosa, como se verá mais adiante, em vez de resolver dificuldades, apresenta outras, de ordem técnica, de difícil superação. Além disto, o utilitarismo que é afirmado como característico do fenômeno está praticamente ausente nos casos de troca silenciosa ocorridos no decorrer daquela forma de contato específica entre índios e brancos conhecida por "pacificação". Nestes casos, o objetivo principal e imediato de uma das partes envolvidas é simplesmente estabelecer contato. É verdade que após o estabelecimento de relações mais permanentes entre a sociedade nacional e a sociedade étnica, a última passa a ser subordinada, chegando mesmo a haver relações marcadas por um extremo utilitarismo. Porém, seria ir muito longe afirmar que as trocas concretas que têm lugar nos casos de pacificação têm, no espaço-tempo específico onde se dão, caracteristicamente uma natureza utilitária.

Em segundo lugar, J. A. Price se esforça para evitar a homogeneização do fenômeno, chegando mesmo a denunciar essa tendência nas análises anteriores a sua. Porém, o horizonte teórico que baliza seu trabalho vai de encontro a sua intenção de deshomogeneizar a troca silenciosa, pois tal horizonte cobre com um único termo uma grande multiplicidade. Assim, o rótulo "estados civilizados" unifica sociedades históricas e geograficamente tão diferentes como as chinesas, árabes e cartaginesas. O mesmo acontece com respeito aos outros -- chefaturas, tribos e bandos. Além de homogeneizar as sociedades envolvidas na troca, através da utilização pouco criteriosa de uma taxonomia que funciona como geradora de tipos ideais, Price também acaba por homogeneizar a própria troca silenciosa, ao reduzi-la a dois tipos gerais.

Embora o horizonte teórico explícito no qual Price procura balizar sua análise seja o evolucionismo não-linear de Service, é plausível afirmar que seu estudo é característico da abordagem estrutural-funcionalista. Na realidade, suas duas grandes perguntas são: que função desempenha a troca silenciosa e em que tipos de estruturas sociais ela tem lugar. Outros fatores característicos deste tipo de abordagem estão também presentes: a troca silenciosa é tratada como instituição; os indivíduos não se fazem ver em seu estudo, tudo que se mostra são papéis e status; finalmente, a hostilidade e o conflito parecem estar localizados somente na "terra de ninguém", quase não havendo espaço para eles no interior das sociedades envolvidas nas trocas. É ilustrativo notar, com respeito a esse ponto, que Price não menciona um artigo clássico, entre os americanistas, de Lévi-Strauss, onde há uma descrição de um tipo fronteiro de troca silenciosa entre dois grupos Nambiquara (troca intra-societal), no qual a hostilidade no interior da mesma sociedade se faz notar:

"Na verdade, há uma má vontade em admitir que as trocas estão em curso: cada indígena dedica-se às suas ocupações habituais e os objetos ou produtos passam silenciosamente de um a outro, sem que aquele que dá faça notar o gesto pelo qual ele depõe seu presente, e sem que aquele que recebe preste aparentemente atenção a seu novo bem" (Lévi-Strauss, 1976:335).

É a própria abordagem estrutural-funcionalista, com sua ênfase nas funções desempenhadas e nas estruturas envolvidas, que vai fazer com que a troca silenciosa tenha o estatuto de conceito no estudo de J. A. Price. Nele, o termo "troca silenciosa" não vai

mais atuar para economizar o concreto da descrição. Pelo contrário, o termo vai operar numa economia do abstrato -- das funções desempenhadas e das estruturas sociais envolvidas. Price transforma uma série de relatos de casos de troca silenciosa em uma abstração que só adquire sentido pleno quando relacionada a um outro quadro conceitual -- a taxonomia evolutiva de Service. Isto quer dizer que o estatuto de conceito que cobriria os supostos casos de troca silenciosa não é alcançado pelo processo de induzir um universal através de particulares, mas pela articulação entre tipos conceituais de estruturas sociais e o ainda quase-conceito troca silenciosa. É só depois desta articulação ser realizada que a troca silenciosa adquire o estatuto de conceito pleno, porém, fragilizado pelo próprio processo de sua construção<sup>6</sup>.

### III

A relação entre a troca silenciosa e outras formas de trocas e prestações sociais é um campo intrincado e cheio de sutilezas; envolve uma enorme quantidade de debate concernente a questões terminológicas. Tal debate acaba por suscitar a questão mais profunda referente ao lugar do domínio econômico na sociedade. Embora não me detenha neste ponto, será necessário distinguir alguns termos teóricos que estão envolvidos nesta polêmica.

Muitas das trocas que têm lugar em sociedades arcaicas e primitivas não devem ser entendidas como uma simples troca de bens materiais. Mauss (1974) mostrou que são elas fatos sociais totais, pois tais trocas põem em ação a totalidade da sociedade e suas instituições. Elas têm lugar, sob a forma de rituais de oferendas ou trocas cerimoniais, nas quais o fluxo concreto de bens e serviços coloca as partes envolvidas em estado de mútua obrigação. A troca de oferendas mostra, então, a atuação da reciprocidade, que é, por assim dizer, a fábrica do tecido social: o princípio que ajunta e engloba indivíduos e instituições em uma totalidade social.

Porém, nem todas as trocas que ocorrem em sociedades arcaicas e primitivas têm essas características. Há também lugar nestes contextos para trocas diretas de objetos, sem colocar as partes envolvidas em qualquer obrigação mútua. Malinowski (1922) fornece o exemplo etnográfico clássico, fazendo a distinção entre as trocas ritualizadas do Kula e o escambo puro e simples que acontece, ou como comércio secundário e paralelo nas expedições do Kula, ou independentemente delas.

Desde Mauss e Malinowski, muito do pensamento antropológico referente ao fluxo de bens e serviços dentro e entre sociedades tem concentrado sua atenção analítica sobre a tarefa de classificar os diversos domínios do social, buscando delimitar tão claramente quanto possível aquele que diz respeito às transações econômicas básicas. A

---

<sup>6</sup> Deixo de examinar o que poderia ser chamado de abordagem cética da troca silenciosa. Essa abordagem, na sua forma mais radical, chega a negar a existência do fenômeno. Ela é basicamente formulada por historiadores que trabalham com material africano. O ponto central desses autores é que as análises sobre o fenômeno são baseadas em fontes duvidosas que refletem a ocorrência de material mítico nas fontes históricas. O tipo de troca pseudo-silenciosa deveria ser entendido como uma simples adaptação aos padrões africanos normais de troca com o uso de intermediários. Sundstrom (1974) e de Moraes Farias (1974) são representantes mais destacados dessa abordagem. Curtin (1984) também se mostra cético com relação à troca silenciosa. Creio não ser necessário afirmar minha simpatia parcial por essas críticas, apesar de não oferecerem uma perspectiva positiva para o prosseguimento das análises.

questão da determinação do lugar do domínio econômico na sociedade tem se mostrado ser uma tarefa extremamente complexa, e seu empreendimento tem dividido todo o campo da antropologia econômica em duas facções opostas e aparentemente não complementares<sup>7</sup>.

Em um nível conceitual, no extremo oposto da troca de oferendas há uma forma de troca que seria caracterizada como a transação econômica pura. Neste caso, as partes não estão envolvidas por obrigações mútuas, nem antes nem depois da concretização da troca. Elas se encontram com o propósito exclusivo de trocar objetos e, desta forma, desempenham o mesmo papel: ambas são simultaneamente compradoras e vendedoras. Esta forma de troca é conhecida na literatura das ciências sociais como escambo. Segundo Chapman (1980), o escambo é uma forma universal de troca, praticado em todos os tipos de sociedades. Ele difere de outras formas de trocas institucionais porque não está incrustado na sociedade; para ele ocorrer não é necessário qualquer aprendizado de como levá-lo a cabo (cf. Chapman, 1980:49). Ele representa a transação econômica pura, um meio de comunicação universal que não requer "nem o uso de uma língua comum, nem de signos mutuamente inteligíveis, nem mesmo a presença física das partes interessadas" (Chapman, 1980:49). Tudo que o leva a ocorrer é a vontade das partes envolvidas de obter o que a outra oferece.

Uma outra maneira de conceituar o pólo oposto ao da troca de oferendas é elaborada por Sahlins. Ele delinea um modelo tripartite no qual em um extremo encontra-se a forma generalizada de reciprocidade. Essa forma se manifesta nas trocas de oferendas altruísticas. É a forma característica do domínio doméstico. A forma intermediária é nomeada reciprocidade balanceada. Seu locus característico são as vilas e aldeias, e sua forma típica são as trocas simples, a compra e a venda. Segundo Sahlins, esta forma de reciprocidade é menos pessoal e mais econômica (1972:195). No extremo oposto, aquele da não sociabilidade, encontra-se a forma negativa de reciprocidade. Ela é caracterizada por Sahlins como sendo "uma tentativa de se obter alguma coisa em troca de nada e com impunidade" (1972:195). Este tipo de reciprocidade é característico das relações inter-tribais e acontece sob as formas de roubo, escambo, apostas, etc. Essa é a forma de reciprocidade que mais caracteriza o domínio do econômico (cf. Sahlins, 1968:81-86; 1972:185 seg.).

Embora a análise de Chapman sobre o escambo e a formulação de Sahlins sobre a reciprocidade negativa não sejam totalmente compatíveis, porque, entre outras razões, Chapman sustenta que o escambo é universal, acontecendo em todos os tipos de sociedades, e Sahlins argumenta que o contexto privilegiado da reciprocidade negativa é o nível inter-societal, ambos fornecem uma maneira de conceitualizar uma transação puramente econômica.

A maioria dos estudos examinados aqui tenta compreender o fenômeno da troca silenciosa como uma forma de escambo ou como uma maneira de vencer as dificuldades estruturais relacionadas à reciprocidade negativa de tal modo que a reciprocidade geral seja estendida ao setor inter-societal<sup>8</sup>. Isto quer dizer que a troca silenciosa é, ao menos em sua forma ideal, um tipo de troca social no qual o homem econômico atua em sua

---

<sup>7</sup> Acho desnecessário entrar nos detalhes do debate entre os substantivistas e os formalistas no campo da antropologia econômica. Para uma resenha desse debate, ver Kaplan, 1968. Ver também Frankenberg, 1967.

<sup>8</sup> Notáveis exceções, embora parciais, são J.A. Price (1980) que vê a troca silenciosa como escambo apenas quando toma a forma de troca de longa distância e Chapman (1980) que fornece um exemplo de troca silenciosa como não-escambo.

melhor forma. É como se os grupos nela envolvidos buscassem, cada um, maximizar seus desejos a custa do outro.

Um exemplo radical deste ponto de vista nos é dado por Renfrew (1975), que divide as trocas sociais em dois tipos básicos: 1) troca de bens e informações; 2) troca de bens pura e simples, sem troca de informações (1975:6). Renfrew elabora também uma tipologia dos modos de troca segundo seus aspectos espaciais. A troca silenciosa seria, segundo ele, um tipo no qual são trocados bens materiais sem, contudo, haver troca de informações. Um espaço fronteiro comum é a arena na qual as partes se encontram. Segundo suas palavras, a troca silenciosa é um fenômeno que "maximiza o fluxo de bens materiais ao mesmo tempo que minimiza o fluxo de informações que usualmente acompanham as trocas (1975:45).

Ao dividir as trocas sociais em dois tipos gerais, Renfrew acaba por abrir espaço para a conceitualização de um terceiro tipo geral de troca, que seria a troca de informação pura e simples, sem haver troca de bens materiais. A pergunta agora é: por que este terceiro tipo não é afirmado explicitamente, se é tão comum e tão ou mais importante para o funcionamento e compreensão dos sistemas sociais quanto os outros dois?

A suspeita dá ensejo a uma resposta: foi por que o pensamento das ciências sociais só soube conferir sentido ao termo troca relacionando-o ao fluxo dos objetos materiais. Foi menos o significado, e mais as funções desempenhadas pela circulação de coisas entre indivíduos e sociedades que clamou pela atenção do pensamento social, em cuja reflexão o termo-conceito "troca" passou a cobrir uma multiplicidade de casos concretos onde objetos materiais estão em constante fluxo entre os homens. Tudo se passa como se tivesse sido só depois do pensamento ter classificado e catalogado uma infinidade de casos onde objetos circulam entre homens, isto é, uma multiplicidade de trocas materiais, que se conseguiu compreender a circulação de bens intangíveis, porém, sempre como uma variante das trocas materiais. Um exemplo aqui torna o argumento mais claro, embora não o fundamente. Chapman (1980), ao analisar o escambo como um modo universal de troca, desenvolve um modelo do que seria o escambo puro, no qual apenas objetos materiais são trocados. Ela justifica em uma nota:

"discuto apenas o escambo de objetos materiais neste artigo. Excluo coisas intangíveis, assim como serviços ou trabalho. Esta opção se justifica por fazer com que a matéria tratada seja definida o mais claramente possível. Porém, se minha análise for válida, ela também se aplicará aos serviços assim como a todos os tipos de bens" (1980:35).

O que temos aqui é, em última instância, uma miopia analítica que, de tanto privilegiar o enfoque no que é material, palpável, tangível e utilitário, acaba por compreender os fenômenos que escapam a essas caracterizações através de modelos elaborados para dar conta dos primeiros. Trata-se de um viés obviamente cultural, característico de uma formação social particular, que acabou por adentrar o interior do campo produtor do discurso das ciências sociais, e nele se manifesta de modo abrangente. É interessante observar aqui que Lévi-Strauss só formulou sua teoria sobre os mitos (troca de palavras ou informações) depois que desenvolveu seu modelo para troca de objetos, no caso, circulação de mulheres (ver, respectivamente, Lévi-Strauss, 1975, 1969).

As sociedades pertencentes àquela configuração inter-societal que designamos por Civilização Ocidental partilham, ainda que diferenciadamente, de uma mesma ideologia geral que se contrapõe às ideologias das sociedades tradicionais. Esta contraposição é afirmada economicamente por Dumont (1977) através da dicotomia

individualismo/holismo. Buscando compreender a gênese da ideologia individualista nas sociedades ocidentais, ele a encontra articulada com o surgimento e o triunfo da ideologia econômica. Enquanto nas sociedades tradicionais categorias tais como economia, política e moral encontravam-se subsumidas na categoria mais abrangente que era a religião, nas sociedades modernas assistiu-se a uma fragmentação do universo das idéias que resultou no surgimento do econômico enquanto categoria autônoma. "A economia como uma categoria filosófica representa o cume do individualismo, e como tal tende a ser soberana em nosso universo" (Dumont, 1977:54). Assistiu-se, portanto, ao triunfo da ideologia econômica que, desde Marx, "conquistou a sociologia, a história e a política". Hoje, prossegue Dumont, "para o homem da rua, a preponderância do fenômeno econômico na vida social é um, talvez o primeiro, artigo de seu credo" (1977:111)<sup>9</sup>.

O triunfo do econômico não se mostra somente para o homem da rua e para o senso comum. Ele penetrou também, se não é que nasceu, no discurso das ciências sociais, gerando uma enormidade de conceitos, abordagens e teorias. A própria teoria econômica, "que tem desempenhado cada vez mais a função de legitimar o mundo social, só muito recentemente tornou-se auto-consciente de sua função legitimadora" (cf. Wisman, 1979:290), o que, de certa forma, revela o quão profundamente arraigada está a ideologia econômica na consciência dos tempos modernos.

Já foi visto como o paradigma estrutural-funcionalista operou no sentido de criar o conceito "troca silenciosa". Este mesmo paradigma deixa mostrar o trabalho da ideologia econômica no seu interior através de seu pressuposto mais caro -- sociedade como um sistema auto-regulável em permanente busca de um estado de equilíbrio -- e de seu grande e único questionamento -- pela função desempenhada por qualquer fenômeno social em exame.

Tomar a totalidade social como entidade sistêmica, auto-regulável e rumando sempre para o equilíbrio, é retomar a preocupação Hobbesiana com o problema da ordem social, e isto não passa de um resíduo do utilitarismo na sociologia funcionalista<sup>10</sup>. Além disto, a ênfase na pergunta que interroga pela função dos fenômenos sociais acaba quase sempre por se remeter às mesmas respostas, que, em geral, giram em torno da auto-regulação e do equilíbrio das instituições sociais. Tomando o caso específico das prestações sociais, Befu (1977) argumenta que apesar da teoria das trocas sociais surgir a partir de uma insatisfação com a abordagem estrutural-funcionalista, "muitos estudos empíricos sobre a troca ainda têm uma abordagem funcionalista" (1977:175). E perguntando pela função geral que as trocas desempenham, Befu identifica: a) poupança e investimento e b) integração social. O que essas respostas afirmam não é outra coisa senão ganhos e maximização.

Mesmo quando associadas a outros grandes questionamentos, a pergunta que interroga pela função acaba sempre sendo preponderante, dominando, por assim dizer, as outras perguntas. Assim, ela acaba, então, por servir de fundamento que legitima e cria a possibilidade de fazer surgir no horizonte do interrogador questionamentos subsidiários: sobre a morfologia social em que o fenômeno se dá, seus componentes estruturais, etc. Ao mesmo tempo, bloqueia e obscurece a viabilidade da pergunta que interroga pelo sentido.

---

<sup>9</sup> Antes de Dumont, Polanyi (1980) mostrou como as sociedades ocidentais passaram pela grande transformação, na qual as idéias de ganho e maximização passaram a dominar as relações sociais. Sobre a hegemonia do econômico, ver também Robinson, 1964, p.21 e Wisman, 1979.

<sup>10</sup> Ver Giddens (1982:-:40-65) para uma posição parcialmente contrária a essa.

## IV

Uma deficiência metodológica, intimamente associada ao que chamei de viés economicista, é responsável pela fragilidade das conclusões que os cientistas sociais alcançam nos trabalhos sobre a troca silenciosa. Todas as análises sobre o fenômeno têm um ponto em comum: o sujeito social que tem a voz e que confere sentido às ações é sempre o mesmo, em termos sociológicos: ora são mercadores árabes, ora são navegantes chineses, ora são viajantes provenientes de sociedades complexas, em termos de estruturas políticas e econômicas. São sujeitos com vivência em espaços sociais nos quais o mercado, como instituição, é a norma. Estes sujeitos conferem sentido e têm o poder da fala direta ou indiretamente. Em termos diretos, porque são eles, na maioria das vezes, os autores das fontes nas quais antropólogos e historiadores se debruçam para analisar o fenômeno da troca silenciosa. Indiretamente, porque mesmo quando não são eles os autores das narrativas, suas vozes e perspectivas parecem ser as únicas ouvidas e compreendidas pelos cientistas sociais.

Ao aceitar e assumir a perspectiva desses sujeitos sociais sem questioná-la profundamente, o antropólogo, por assim dizer, recusa-se ou se esquece de buscar compreender o ponto de vista dos outros sujeitos sociais envolvidos na troca -- a parte mais fraca, a tribo, o bando, o negro, o índio. Essa deficiência metodológica afeta não somente a compreensão da relação entre a troca silenciosa e outras formas de trocas sociais, mas também o entendimento das funções que ela desempenha. O fato de os mercadores provenientes de "estados civilizados", nos quais há um sistema de mercado relativamente desenvolvido, compreenderem as trocas em que estão engajados sob o prisma utilitário não quer dizer absolutamente que a outra parte a perceba da mesma maneira. Os significados que a parte mais fraca atribui às suas ações e às funções que tais ações satisfazem podem ser totalmente diferentes daqueles atribuídos pela parte mais forte.

É fundamental então que se ouça também a parte mais fraca para que as análises sejam aprimoradas de modo a explicar como os grupos envolvidos na troca silenciosa lidam de fato com problemas concretos tais como: o estabelecimento de padrões e medidas de valor; a necessidade de constranger o processo de barganha a um mínimo possível; o estabelecimento de um timing certo para a realização das trocas que não leve, por exemplo, uma das partes a entender uma demora na colocação de bens para a troca como uma desistência de se engajar na própria troca; finalmente, o porquê da existência de uma ética que previna um grupo de trapacear o outro.

Buscar compreender e ouvir aqueles que tradicionalmente não têm voz -- presumivelmente traço distintivo da antropologia -- é abrir uma avenida nova que, por assim dizer, descongestiona a reflexão e conduz ao ultrapassamento da questão que interroga pela função pela questão mais fundamental que interroga pela significação. O destino final desta nova rota seria a explicitação da multiplicidade de significados que a troca silenciosa pode ter para os sujeitos sociais nela envolvidos.

Os casos de pacificação das sociedades indígenas no Brasil fornecem a base etnográfica que exemplifica o que quero dizer. Em primeiro lugar, a troca silenciosa, neste contexto, ilustra bem que a sempre assinalada motivação econômica e utilitária não se faz tão presente. Nestes casos, a troca silenciosa é guiada primariamente por uma motivação política da parte dos representantes da sociedade nacional. Em segundo lugar, os dados etnográficos, ainda que parcos, nos permitem desvelar a multiplicidade de significados que os eventos de troca silenciosa e do contato têm para as partes envolvidas.

O que se convencionou chamar de pacificação é definido por Ribeiro (1979) como:

"uma intervenção deliberada numa situação de conflito entre índios e civilizados.. A primeira etapa de uma turma de pacificação consiste, pois, em convencer os índios de que eles tratam com gente diversa de todos os brancos que antes penetraram na região" (1979:151).

Formulada por Rondon como uma política pública para o contato com as sociedades tribais, a pacificação tem funcionado como uma alternativa mais humanitária à política tradicional de se lidar com os índios através da violência e do uso da força. Em termos concretos, trata-se de um longo e elaborado ritual que começa com o estabelecimento de um acampamento montado por funcionários da agência governamental que lida com questões indígenas nas bordas das terras habitadas pela etnia a ser contactada. A troca silenciosa quase sempre se faz presente no decorrer do ritual de pacificação, sendo um de seus primeiros estágios.

David Price (1983) examina a pacificação dos Nambiquara a partir de três depoimentos: o relatório de Severino d'Albuquerque, comandante do acampamento onde tiveram lugar os primeiros estágios da pacificação; o artigo do tenente Alípio Bandeira, publicado em um jornal diário do Rio de Janeiro; e o depoimento de Vitorino, um velho Nambiquara que era adolescente na época da pacificação. Esses depoimentos deixam bem claro que os sujeitos sociais percebiam diferentemente a situação que viviam naqueles dias da pacificação. Cada autor seleciona diferentes eventos para elaborar seu depoimento; são também diferentes os recursos retóricos de que lançam mão. Em suma, cada depoimento tem um conteúdo e um estilo diferente, e esta diferença se explica pelo fato dos autores estarem orientados por motivações diversas e por compreenderem diversamente o que estava se passando naquele local e naquela época.

O depoimento de Albuquerque tem o estilo realista dos relatórios oficiais. Elabora em detalhes as ações dos membros da expedição, mas pouca atenção é dada aos Nambiquara. O espaço em que os eventos têm lugar é naturalizado: é mapeado a partir dos caracteres físicos da região. Os objetos trocados com os índios ganham uma descrição objetivante cujo fundamento são os dados sensoriais. O depoimento de Vitorino aponta para outros rumos. Elabora em mais detalhes a preocupação com o Outro (no caso, os brancos) através de interrogações acerca das ações desses últimos. O espaço onde se dá o encontro entre índios e brancos é socializado: o mapeamento mental da área tem como marcos de referência as aldeias e as pessoas que nelas moravam. Além disto, Vitorino concede mais espaço em seu depoimento para os objetos trocados pelos dois grupos, distinguindo aqueles que foram alterados pela intervenção humana e aqueles que estavam em sua condição natural, e afirmando que o estabelecimento de trocas entre Nambiquara e brancos acabou por criar uma dependência dos primeiros para com os últimos. Por fim, o artigo de Alípio Bandeira nos leva a uma nova direção. Nele, os Nambiquara quase não aparecem. O foco narrativo está nos indivíduos-heróis membros da expedição. As trocas entre os dois grupos são mencionadas brevemente. O herói branco não deposita objetos no terreno com a intenção de trocá-los; ele oferece presentes aos pagãos incultos. A única troca a ganhar relevo em seu depoimento é a abstrata troca de amizade entre o generoso sentimento do civilizado e a afeição ingênua do selvagem inculto (cf. David Price, 1983:614).

Retomando a questão da ética que atuaria para prevenir o roubo e a trapaça na

troca silenciosa, seria mais plausível pensar que o fator ético é, na realidade, o resultado do trabalho dos sistemas éticos dos grupos envolvidos na troca. O que é possível extrair dos três depoimentos são três sistemas diferentes e não complementares. Os depoimentos de Albuquerque e de Bandeira, e as ações comandadas pelo primeiro deixam entrever a ética inerente à política de pacificação de Rondon, que se exprime sinteticamente no mote "morrer, se preciso for, matar, nunca". Esta ética pretende orientar não só o evento da troca silenciosa, nem tampouco apenas o processo de pacificação. Sua intenção é mais abrangente, pretendendo orientar, numa dimensão de tempo muito mais larga, a própria relação inter-étnica.

O depoimento de Vitorino é muito mais opaco no que se refere a um sistema ético orientador de ações. Porém, é possível entrever alguns elementos deste sistema a partir, por exemplo, do seu descontentamento com o fato de não haver mais trocas diretas de objetos depois de um certo tempo de contato. Tudo se passa como se a troca inicial de presentes, iniciada pelo homem branco, fosse uma compensação ou até mesmo um pedido de permissão que este oferece e exprime por estar em território Nambiquara. Seria então uma mensagem enviada pelos brancos "falando" de suas boas intenções. Implicitamente, Vitorino parece querer dizer que o próximo movimento seria agora dos Nambiquara, e que dado, tanto aos antecedentes das relações entre eles e os brancos quanto ao próprio contexto daquele momento, a ética Nambiquara, por assim dizer, os liberava para responder e movimentar em mais de uma direção.

Aqui se faz presente, pela ausência, um terceiro sistema ético a guiar as relações entre os Nambiquara e os membros da expedição: a ética, por assim dizer, aética que tem marcado, e já naquela época marcava, as relações entre os grupos étnicos e a sociedade nacional -- ética do vale tudo, da ganância, do cinismo e da estupidez.

Não é fácil explicar porque Vitorino evitou mencionar os incidentes mais violentos ocorridos entre os dois grupos, mas, como David Price (1983:616) sugere, ele provavelmente tinha conhecimento dessas ocorrências. Uma delas teria sido o abate de uma vaca por um Nambiquara (ver depoimento de Albuquerque). Obviamente, a ética Nambiquara não condenava tal ação. Lévi- Strauss (1976:333) afirma que as relações entre grupos Nambiquara são vistas por eles de modo ambivalente: eles temem e, ao mesmo tempo, desejam o contato. Quando o encontro "pode desenrolar-se de modo pacífico, tem por consequência uma série de presentes recíprocos" (1976:335), mas a troca de presentes pode também causar descontentamentos por causa da não equidade das transações. Esse descontentamento pode levar a ações agressivas que, se não são incentivadas pelo sistema ético, estão naquele espaço que a ética deixa livre para a imponderabilidade do indivíduo.

O que o exemplo Nambiquara revela é a não existência de uma ética da troca ou do contato única. Pelo contrário, deixa entrever momentaneamente o encontro ou o choque de diversas éticas, cuja resultante, nesse caso, foi obviamente a ética do grupo mais poderoso. Não é por acaso que o depoimento de Vitorino mostra-se opaco para o desvelamento da ética Nambiquara. Passados aproximadamente cinquenta anos da pacificação, restou muito pouco, na sua vida e memória, da ética orientadora das ações dos Nambiquara daquele tempo.

Por fim, o que os três depoimentos revelam com mais profundidade é o quão diferente eram os modos de compreender a totalidade da situação que brancos e índios experienciavam no interior de Mato Grosso neste começo de século. O evento isolado da troca silenciosa que ali ocorreu também era experienciado diferentemente pelas partes, pois estavam elas orientadas por disposições, motivações e visões de mundo diversas. Com toda certeza, isto também se dava nas relações entre mercadores árabes e grupos tribais da África Ocidental, entre navegantes chineses e tribos filipinas, em suma, nas relações entre

grupos sociais provenientes de sociedades muito diferentes umas das outras. Em termos concretos, perguntas tais como: o que a outra parte está fazendo, de onde ela vem, o que querem aqui, com que objetivos depositam objetos no terreno e ali os deixam, o que são tais objetos, para que servem, e outras mais devem passar pelas mentes das pessoas envolvidas nos eventos de troca silenciosa. Também é certo que as respostas que uma das partes oferece não são as mesmas que a outra parte encontra. Na realidade, nem mesmo as perguntas são as mesmas, pois o próprio espaço que se abre para interrogações é orientado por disposições e motivações diversas e por uma intencionalidade diferente.

Tomar como foco de análise tanto os objetos que circulam na troca silenciosa quanto suas trajetórias e fazer uma reflexão sobre a questão da alteridade, fornecem elementos para a abertura de novos caminhos e ângulos de aproximação que levam a um entendimento mais completo acerca desta exótica forma de troca, além de fundamentar melhor a crítica elaborada até aqui.

A idéia central é fazer uma personalização dos objetos. As coisas, assim como os homens, têm uma vida social e, portanto, uma ou mais biografias culturalmente reguladas, mas cuja interpretação está aberta a manipulações individuais. O conceito "mercadoria" necessita ser repensado. Em vez de uma qualidade que habita o interior das coisas quando essas adquirem valor de troca, a mercadoria deve ser vista como um estágio de um processo maior que seria a história de vida do objeto (cf. Kopytoff, 1986). Ela seria então uma certa situação que surge e desaparece na biografia de uma coisa. Esta situação pode ser decomposta na fase mercadoria, pela qual as coisas entram e saem do estado mercadoria, na candidatura a mercadoria, que se refere aos critérios de todas as ordens que orientam, em contextos específicos, a trocabilidade das coisas e, por fim, no contexto mercadoria, referindo-se às arenas sociais que contribuem para ligar a candidatura a mercadoria de um objeto com a fase mercadoria de sua carreira (cf. Appadurai, 1986:13-15).

A sugestão é que sigamos tanto os caminhos costumeiros que as coisas tomam durante sua vida social quanto os desvios acontecidos durante o percurso, de modo que seja possível compreender as lógicas que orientam as trajetórias dos objetos. Assim fazendo, pode-se perguntar: os objetos trocados nos eventos de troca silenciosa estão em uma fase tal que sua trocabilidade naquele exato momento é o seu futuro mais relevante? Depois de trocados, os objetos continuarão na mesma fase em que se encontravam antes? Estão eles seguindo os caminhos costumeiros ou estão tomando desvios no evento da troca silenciosa?

Respostas a essas perguntas obviamente só poderão ser dadas ao nível da etnografia. Conseqüentemente, irão variar de acordo com o caso estudado. Infelizmente, os relatos de troca silenciosa não fornecem detalhes que nos permitam responder seguramente a tais indagações. No entanto, é possível entrever alguns casos em que os objetos trocados não tinham na trocabilidade o seu futuro mais relevante, nem antes nem depois do evento da troca. Se seguirmos imaginariamente a trajetória de duas penas de tucano oferecidas pelos Nambiquara ao comandante Albuquerque (cf. Price, 1983:610), podemos inferir que, por serem usadas em ocasiões rituais, esses objetos não eram produzidos com a intenção de introduzi-los no fluxo das trocas. Depois da troca silenciosa, tais penas foram enviadas a Rondon. Presume-se que elas tiveram seu destino final na coleção etnográfica de algum museu. Isto significa que esses objetos entraram em um estado tal que ficaram impedidos de se reintroduzir em novos circuitos de troca. Um segundo caso vem do relato de Duarte Pacheco Pereira (ver Mauny, 1956:64-66) sobre a troca silenciosa na África Ocidental. Ele menciona sucintamente a troca de ouro por

escravos entre os habitantes de um lugar chamado Toom<sup>11</sup> e os de Beetun Habanbarranaa e Bahaa. Se seguirmos a trajetória dos escravos trocados, é possível concluir que embora sua trocabilidade fosse grande, antes e no momento da troca, ela logo deixaria de sê-lo, chegando mesmo a quase desaparecer. Kopytoff (1986) faz uso da análise do processo de escravização para formular sua noção de mercadoria como uma fase na biografia cultural de um objeto:

"o que se vê na carreira de um escravo é um processo de sua retirada inicial do contexto social originário, seu ou sua mercantilização, seguida de uma crescente singularização (isto é, desmercantilização) no novo contexto, com a possibilidade de uma futura remercantilização... Efetivamente, o escravo é realmente uma mercadoria apenas durante o período relativamente curto entre a captura ou a primeira venda e a aquisição de uma nova identidade; ele se torna menos mercadoria e mais um indivíduo singular durante o processo de incorporação gradual na nova sociedade em que passa a viver" (1986:65).

Não sendo certo que os objetos postos em circulação nos eventos de troca silenciosa estavam, naquele exato momento, em sua fase mercadoria, cai por terra o argumento de que tal tipo de troca exemplifica o extremo utilitário das prestações econômicas. O exame das trajetórias e dos desvios percorridos por tais objetos lançaria uma nova luz para uma mais perfeita compreensão do fenômeno.

Este exame deve ser complementado pela análise dos sujeitos envolvidos na troca<sup>12</sup>. Representando paradigmaticamente o encontro de duas sociedades distintas e desiguais, é intrigante o fato da questão da alteridade nunca ter vindo à tona nas análises clássicas sobre a troca silenciosa.

Entre os mercadores árabes da Idade Média havia uma espalhada crença acerca do caráter não humano das populações negras com as quais eles praticavam comércio (ver de Moraes Farias, 1974:16 e Mauny, 1956:177). Tal crença atingiu a Europa através dos relatos dos viajantes árabes e dos navegantes portugueses. Duarte Pacheco Pereira, descrevendo a costa ocidental da África no começo do século XVI, afirmava que:

"duzentas leguas alem d'este Reyno de Mandinga estaa hua comarca de terra onde ha muito ouro, a qual chamam Toom, e os moradores d'esta provincia teem Rostro e dentes como caees e Rabos como de cam e sam negros e de esquiaa conuersançam, que nam querem ver outros homees" (Mauny, 1956:64).

Esta informação não foi coletada diretamente por Duarte Pacheco Pereira. Provavelmente foi passada a ele pelos Jolofos, que por sua vez a receberam dos Mandingas -- etnia que, no século XVI, já pertencia à grande corrente do Islão.

Por essa descrição é bastante óbvio que as tribos africanas eram percebidas pelos mercadores árabes e pelos navegantes portugueses como seres aquém da esfera humana.

<sup>11</sup> Segundo Mauny (1956:176) Toom era o nome que os Mandingas davam aos Ashanti.

<sup>12</sup> Albert (1988) mostra como os Yanoman interpretam os fatos e os efeitos do contato inter-étnico através de uma teoria etiológica. Por ela, os objetos manufaturados deixados pelos brancos são vistos como objetos patogênicos, e os brancos como agentes etiológicos, associados a espíritos maléficos.

Entretanto, não há relatos de como os grupos costeiros africanos percebiam os mercadores árabes, mas é razoável supor que, segundo sua perspectiva, os árabes também pertenciam a uma esfera além ou aquém daquela em que vivem os homens. Duarte Pacheco Pereira prossegue sua descrição assim:

"e has jentes de huns lugares aos quaes hum d'elles chamam Beetuu... vão a esta terra de Toom comprar ho ouro per mercadorias e escrauos que lhe leuam; os quaes no modo de seu comercio tem esta maneira, s. todo aquelle que quer vender escrauo... se vay a hum lugar... e ata o dito escrauo a hua aruore e faz hua coua na terra d'aquella cantidade que lhe bem parece, e isto feyto harreda-se afora hum bõo pedaço e emtam veem o Rosto de cam, e se he contente de encher a dita coua de ouro, emche-a, e se nam, tapa-a com ha terra e faz outra mais pequena, e arreda-se afora..." (Mauny, 1956:64-66).

Esta é uma típica descrição de troca silenciosa. Porém, em um tal contexto, trata-se, no mínimo, de uma extrema simplificação afirmar que as partes se encontram para realizar pura e simplesmente uma troca utilitária.

Em casos como esse, a questão da alteridade deveria estar mais em foco do que a troca utilitária. É comum que, no nível pré-teórico, o reconhecimento da alteridade se dê, ou através da reflexão espelhada de nós mesmos, ou através de um profundo desnivelamento do outro vis-à-vis nós mesmos - tanto vale o rosto de cão quanto a fórmula dos deuses. O viés economicista, a falta de atenção para com a perspectiva tribal ou mais fraca e para com a questão da alteridade são resultantes do pensamento operando no nível pré-teórico e são facilitados pela falta de exemplos verdadeiramente etnográficos de casos de troca silenciosa. Como a antropologia e a história operam no nível teórico, revelando através de quais sistemas de categorias ou símbolos estruturados de determinadas maneiras o pensamento pré-teórico lida e constitui socialmente a alteridade, elas devem estar preparadas para reconhecer e ultrapassar aquilo que é característico do senso comum, mostrando nos fatos sociais as diversas maneiras pelas quais a humanidade é experienciada.

## V

À guisa de conclusão, começo por recapitular sinteticamente o já posto. As análises que procuram compreender o fenômeno da troca silenciosa padecem, na maioria dos casos, de uma distorção utilitária e economicista. Elas tendem a encontrar nos eventos deste tipo de troca uma solução para as dificuldades inerentes às trocas entre sociedades, uma solução que vença as barreiras sociais e culturais que obstruem a realização plena de ganhos puramente econômicos. Este viés é concretizado nas análises e, ao mesmo tempo, obliterado na consciência graças a ênfase que a pergunta que interroga pela função tem na maioria dos estudos sobre a troca silenciosa. A conferir inteligibilidade à função desempenhada, passa-se então a relacionar a troca silenciosa a determinados tipos de estrutura social e, com isto, completa-se o caminho rumo ao conceito. Aqui, a troca silenciosa não é mais um termo de descrição, mas um termo de teoria mal fundamentado. No entanto, com o estatuto de conceito, fecha-se o caminho para a pergunta pelo sentido que os eventos de troca silenciosa têm para as partes envolvidas, principalmente para a parte mais fraca.

Quais são as razões para a fragilidade do conceito troca silenciosa? A primeira, e

mais candente, é a ausência de um corpus verdadeiramente etnográfico sobre o fenômeno. Para se determinar a dimensão do domínio econômico na totalidade social é necessário, primeiramente, uma etnografia dos supostos fatos econômicos. Obviamente, tal etnografia deve orientar e ser orientada por uma teoria antropológica mais abrangente do que aquela que privilegia quase tão somente a questão da função em detrimento da interrogação acerca do modo pelo qual os grupos humanos atribuem sentido ao mundo que os rodeia. No caso tratado aqui, esta etnografia teria que lidar com questões como: quais são os objetos trocados e em que estágio de sua vida social estão? como tais objetos são produzidos e percebidos pelas partes envolvidas na troca? como os padrões de valor são determinados? como cada parte concebe a outra e como é concebido o encontro entre elas? qual é o tipo e a natureza social e simbólica do espaço onde se dá a troca? como é estabelecido o timing da troca? quais são os eventos que antecedem e sucedem a concretização das trocas, que relação têm com elas e qual é o sentido atribuído a elas pelas partes? por fim, através de quais mecanismos as partes garantirão a manutenção de mais trocas no futuro?

Antropologia é, sobretudo, etnografia. Antropologizar, manusear e criar conceitos à parte do mundo empírico onde se dá o viver é reduzir, simplificar e mesmo violentar a vida social. É a etnografia que nos desvela as diversas possibilidades de realização da humanidade; é ela que dá sentido ao complexo conjunto de ações e aos significados atribuídos às últimas pelas pessoas envolvidas em todos os tipos de interações sociais. O uso de conceitos -- no caso, troca silenciosa -- sem uma cuidadosa análise e descrição etnográfica que os fundamentem, na melhor das hipóteses, reduz a complexidade dos fatos sociais, quando não os tornam totalmente opacos.

A parcimônia da etnografia explica apenas parcialmente a fragilidade do conceito "troca silenciosa". Em um outro nível, a debilidade desse conceito, assim como de vários outros gerados pelas ciências sociais, encontra sua razão de ser na própria natureza dessas ciências -- sua gênese e sua história. A história das ciências sociais tem sido, até recentemente, uma constante procura por um estágio de desenvolvimento que a torne, se não um espelho, ao menos semelhante às ciências exatas. Como as primeiras lidam com fenômenos de natureza totalmente diversa aos das últimas, fenômenos que não se prestam facilmente a uma compreensão através das formulações extremamente econômicas que são as leis científicas, nasce então uma compulsão para a teorização precoce e para a geração de conceitos que acabam por conferir pouca ou nenhuma inteligibilidade ao mundo dos homens. Tal compulsão parece estar intimamente associada à intenção de toda ciência -- como produto social e, portanto, operando segundo os limites e no interior das sociedades historicamente constituídas -- em monitorar, medir, abstrair e controlar o mundo -- seja o mundo dos homens, seja o da natureza.

Muito do pensamento antropológico já renunciou à idéia de que sua tarefa última seria a formulação de hipóteses e leis gerais sobre a vida social. Parece ser um consenso geral na antropologia de hoje que a verdade dos fatos sociais é sempre uma verdade histórica, parcial e relativa. Porém, como um velho hábito difícil de abandonar, a compulsão para a teorização permanece ainda com uma certa força no pensamento antropológico. Isto talvez se deva ao fato de que os paradigmas que têm orientado a antropologia até a década de 70 -- o estrutural-funcionalismo e o estruturalismo -- terem sido parcialmente bem sucedidos em sua compulsão por gerar conceitos e controlar o mundo dos homens -- os conceitos são frágeis, mas revelam uma certa verdade e têm uma certa eficácia.

Nas duas últimas décadas temos assistido a um deslocamento das ênfases no fazer antropológico, que tem retirado o acento da interrogação pela função e suas questões

subsidiárias, para colocá-lo na pergunta que indaga pelo sentido e na preocupação com os múltiplos modos pelos quais a experiência humana se torna sempre e já significativa. Este deslocamento não significa, ou não deveria significar, uma fissão. Pelo contrário, trata-se, ou deveria se tratar, de uma incorporação de novas questões e preocupações a um corpo já estabelecido de regras, métodos, questionamentos, modos de abstração e conceitualização e, porque não, de teorias. Mas como a força, a vivacidade e a própria "novidade" das novas questões inegavelmente se impõem, o processo de incorporação não se faz sem o risco de se jogar fora o bebê junto com a água do banho. No processo de se construir uma teoria antropológica primariamente voltada para a questão do sentido, corre-se o risco de incorporar, dos paradigmas anteriores, aquilo que é indesejável -- por exemplo, a compulsão por uma teorização precoce -- e de não prestar a devida atenção e dar o devido valor a uma relação delicada que foi arduamente elaborada nestes cem anos de antropologia. Estou pensando aqui na relação entre pesquisa e teoria. Nesta mudança gradual de rota, carecemos estar atentos para a permanente ameaça de uma separação, ou mesmo de um abismo, entre o espaço da teoria e o espaço da etnografia quando se coloca a questão do sentido. Neste novo espaço, parece que a tensão entre teoria e etnografia, característica do empreendimento antropológico, está por se desfazer, com isto rompendo o delicado equilíbrio alcançado pelos paradigmas anteriores entre os dois espaços<sup>13</sup>. Atualmente, tem restado mais espaço para uma teoria do fazer etnográfico (uma quase crítica literária) do que para uma verdadeira teoria antropológica.

Ao advogar, portanto, que as perspectivas funcionalistas e estruturalistas, aquelas que orientaram a grande maioria das análises da troca silenciosa, sejam complementadas por uma perspectiva que privilegie o mundo da significação, estou, na realidade, levantando aquilo que penso ser a questão central do desafio mais premente para o fazer antropológico da atualidade, que é o desafio de reintegrar o espaço da etnografia e da pesquisa ao da teoria social das significações, mas que seja uma teoria verdadeiramente antropológica ou sociológica -- o que dá na mesma -- e não parasita de uma teoria lógica ou literária do sentido.

---

<sup>13</sup> Acerca de uma possível separação entre etnografia e teoria antropológica, ver Sperber, 1985. Acerca da tensão entre etnografia e teoria ver Peirano, 1990.

## REFERÊNCIAS

- ALBERT, B. 1988 La Fumée du Métal: Histoire et Représentations du Contact chez les Yanomami. L'Homme, 28 (2-3), 87- 119.
- APPADURAI, A. 1986 Introduction; in Appadurai, A. (ed.), The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective. Cambridge: Cambridge University Press.
- ARNOLD, R. 1957 A Port of Trade: Whydah on the Guinean Coast; in Polanyi, K.; Arensberg, C.M.; Pearson, H.M. (eds.), Trade and Market in the Early Empires. Chicago: Gateway.
- BEFU, H. 1977 Social Exchange. Annual Review of Anthropology, 6:255-81.
- CHAPMAN, A. 1957 Port of Trade Enclave in Aztec and Maya Civilization; in Polanyi, K.; Arensberg, C.M.; Pearson H.M. (ed.), Trade and Market in the Early Empires. Chicago: Gateway.
- \_\_\_\_\_ 1980 Barter as a Universal Mode of Exchange. L'Homme, 20, (3):33-83.
- COHEN, A. 1971 Cultural Strategies in the Organization of Trading Diasporas; in Meillassoux, C. (ed.), The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa. Oxford: University Press.
- COLE, F. C. 1945 The Peoples of Malaysia. New York: D. Van Nostrand.
- CURTIN, P. D. 1984 Cross-Cultural Trade in World History. Cambridge: Cambridge University Press.
- DALTON, G. 1975 Karl Polanyi's Analysis of Long-Distance Trade and his Wider Paradigm; in Sabloff, J.A. and Lamberg- Karlovsky, C.C. (eds.), Ancient Civilizations and Trade. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- DUMONT, L. 1977 From Mandeville to Marx: The Genesis and Triumph of Economic Ideology. Chicago: The University of Chicago Press.
- FIRTH, R. 1972 Trade, Primitive. Encyclopaedia Britannica. London.
- FRANKENBERG, R. 1967 Economic Anthropology: One Anthropologist's View; in Firth, R. (ed.), Themes in Economic Anthropology. London: Tavistock.
- GIDDENS, A. 1982 Profiles and Critiques in Social Theory. Berkeley: University of California Press.
- GRIERSON, P. J. H. 1980 The Silent Trade; in Dalton, G. (ed.), Research in Economic Anthropology, vol. 3. Greenwich: JAI Press.

- HEIDER, K. G. 1969 Visiting Trade Institutions. American Anthropologist, 71, (3):462-71.
- HERSKOVITS, M. J. 1952 Economic Anthropology. New York: Alfred Knopf.
- HILL, P. 1966 Landlords and Brokers: A West African Trading System. Cahiers D'Etudes Africaines. 23:349-66.
- \_\_\_\_\_ 1971 Two Types of West African House Trade; in Meillassoux, C. (ed.), The Development of Indigenous Trade and Market in West Africa. Oxford: University Press.
- HOYT, E. E. 1926 Primitive Trade, Its Psychology and Economics. London: Keagan Paul.
- JULY, R. W. 1980 A History of the African People. New York: Charles Scribner's Sons.
- KAPLAN, D. 1968 The Formal-Substantive Controversy in Economic Anthropology. Southwestern Journal of Anthropology, 24, (3):228-51.
- KOPYTOFF, I. 1986 The Cultural Biography of Things: Commoditization as a Process; in Appadurai, A. (ed.), The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective. Cambridge: Cambridge University Press.
- KURIMOTO, S. 1980 Silent Trade in Japan; in Dalton, G. (ed.), Research in Economic Anthropology, vol. 3. Greenwich: JAI Press.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1969 The Elementary Structures of Kinship. Boston: Beacon Press.
- \_\_\_\_\_ 1975 Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_ 1976 Guerra e Comércio entre os índios da América do Sul; in Schaden, E. (ed.), Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LEVITZION, N. 1973 Ancient Ghana and Mali. New York; Methuen.
- MALINOWSKI, B. 1922 Argonauts of the Western Pacific. London: Routledge.
- MAUNY, R. (ed.) 1956 Esmeraldo de Situ Orbis: Côte Occidentale d'Afrique du Sud Marocain au Gabon (par Duarte Pacheco Pereira). Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- MAUSS, M. 1974 Ensaio sobre a Dádiva; in Sociologia e Antropologia, vol. 2. São Paulo: EDUSP.
- MONOD, Th.; MAUNY, R. et DUVAL, G. (eds.) 1959 De la Première Découverte de la Guinée (récit par Diogo Gomes). Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- MEAD, M. 1930 Melanesian Middleman. Natural History, 30, (2)115- 30.

- MORAES FARIAS, P. F. de 1974 Silent Trade: Myth and Historical Evidence. History in Africa, 11:9-24.
- MURDOCK, G. P. 1934 Our Primitive Contemporaries. New York: Macmillan.
- PEIRANO, M. G. S. 1990 Os Antropólogos e suas Linhagens (à procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis). Paper apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS. ms.
- POLANYI, K. 1957 The Economy as Instituted Process; in Polanyi, K.; Arensberg, C.M.; Pearson, H.M. (eds.), Trade and Market in the Early Empires. Chicago: Gateway.
- \_\_\_\_\_ 1980 A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Campus.
- PRICE, D. 1983 La Pacificacion de los Nambiquara. América Indígena, 63 (3):601-28.
- PRICE, J. A. 1967 Conditions in the Development of Silent Trade. Kroeber Anthropological Society Papers, 36:67-79.
- \_\_\_\_\_ 1980 On Silent Trade; in Dalton, G. (ed.), Research in Economic Anthropology, vol. 3 Greenwich: Gateway.
- RENFREW, C. 1975 Trade as Action at a Distance; in Sabloff, J.A. and Lamberg-Karlovsky, C.G. (eds.), Ancient Civilizations and Trade. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- REVERE, R. B. 1957 'No Man's Coast': Ports of Trade in the Eastern Mediterranean; in Polanyi, K.; Arensberg, C.M.; Pearson, H.M. (eds.), Trade and Market in the Early Empires. Chicago: Gateway.
- RIBEIRO, D. 1979 Os Índios e a Civilização. Petrópolis: Vozes.
- ROBINSON, J. 1964 Economic Philosophy. New York: Doubleday.
- SAHLINS, M. 1968 Tribesmens. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.
- \_\_\_\_\_ 1972 Stone Age Economics. Chicago: Aldine.
- SERVICE, E. 1962 Primitive Social Organization: An Evolutionary Perspective. New York: Random House.
- SPERBER, D. 1985 On Anthropological Knowledge. Cambridge: Cambridge University Press.
- SUNDSTROM, L. 1974 The Exchange Economy of Pre-Colonial Tropical Africa. New York: St. Martin's Press.
- WISMAN, J. D. 1979 Legitimation, Ideology-Critique and Economics. Social Research, (2):291-320.

## **AGRADECIMENTOS**

Durante a elaboração da primeira versão deste trabalho, o autor era bolsista do CNPq. Parte do material bibliográfico foi conseguido durante pesquisa na Guiné-Bissau, financiada pelo CNPq e pela Ford Foundation. Este trabalho foi muito beneficiado pela leitura crítica e pelos comentários de Mariza Peirano.